

## RESENHAS

SCHMITT, Juliana. **Três lições da história da morte.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2023.

### **História da morte e reflexões contemporâneas sobre o luto**

**Fabiana Alves Dantas** ([fabiana.dantas03@gmail.com](mailto:fabiana.dantas03@gmail.com))

Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Juliana Schmitt é uma historiadora brasileira com formação marcada pelos diálogos entre História e Arte. Na Universidade Estadual de Londrina, onde concluiu sua graduação, também realizou um curso de especialização em História e Teorias da Arte. Em seguida, cursou dois Mestrados: o primeiro em História, pela Universidade Federal de São Paulo, e o segundo em Moda, Cultura e Arte, pelo Centro Universitário Senac. Na Universidade de São Paulo, tornou-se doutora em Literatura Brasileira e, por fim, realizou pesquisa de pós-doutorado em Artes, Cultura e Linguagens, pela Universidade Federal de Juiz de Fora<sup>1</sup>.

Publicada em 2023 pela editora da UFRJ, sua obra intitulada *Três lições da história da morte* está relacionada ao interesse da autora pelo tema na historiografia, estudado por ela principalmente a partir da arte medieval e do vestuário de luto da era vitoriana. Embora esses sejam, notadamente, o foco de interesse nas pesquisas realizadas pela autora<sup>2</sup>, na obra ora resenhada ela busca realizar uma discussão voltada para reflexões sobre a maneira de lidar com a morte e o luto na contemporaneidade, quando “sequer o luto parece possível em tempos de felicidade obrigatória” (Schmitt, 2023, p. 16).

Uma observação relevante é que Juliana Schmitt escreveu *Três lições da história da morte* no contexto da pandemia de Covid-19, razão pela qual esse cenário é contemplado nas reflexões da autora ao longo do texto. Para ela, a pandemia tornou urgente falar sobre a morte, justificando, assim, sua contribuição ao tema.

As duas primeiras décadas do século XXI, com a ascensão das redes sociais (o espaço virtual onde a vida tem de parecer sempre perfeita), indicavam que a morte e assuntos afins continuariam a ser escamoteados – até que o mundo se viu, de uma hora para a outra, aterrorizado pela ameaça de um novo vírus, causador da pandemia de Covid-19. Repentinamente nos encontrávamos diante de um cenário que parecia fadado aos

<sup>1</sup> Informações obtidas a partir de consulta ao currículo de Juliana Schmitt na Plataforma Lattes.

<sup>2</sup> A título de exemplo de publicações da autora sobre os referidos temas, podem ser citadas suas *obras Mortes Vitorianas: corpos, luto e vestuário* (2010) e *O imaginário macabro: Idade Média-Romantismo* (2017).

livros de história: a morte em massa causada por um agente invisível. Tal como os relatos sobre a peste negra medieval ou a gripe espanhola de 1918, a perspectiva de um morticínio trouxe à tona a necessidade de dar vazão às nossas angústias ante a possibilidade do fim iminente. O nosso e o dos nossos. (Schmitt, 2023, p. 16-17).

Vale ressaltar que, no âmbito das pesquisas historiográficas, a história da morte vem sendo debatida desde o século passado, especialmente a partir das contribuições de autores ligados ao que, no século XX, era chamado de História das Mentalidades, conceito atualmente questionado mas que, contudo, gerou debates profícuos, fomentando o interesse por temas hoje comumente estudados na esfera da História Cultural. Exemplos clássicos são os trabalhos desenvolvidos pelos historiadores franceses Philippe Ariès, conhecido por sua obra *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias* (2012 [1977]); e Michel Vovelle, de quem pode-se citar o exemplo da obra *As almas do purgatório ou o trabalho de luto* (2010 [1973]). No Brasil, uma referência importante para o aumento do interesse por esse tema é o historiador baiano João José Reis, autor de *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX* (1991).

A autora de *Três lições da história da morte* dialoga com essas referências clássicas da historiografia, bem como realiza um diálogo interdisciplinar, apresentando o embasamento de estudos de áreas como a Sociologia, Filosofia e Psicologia para elaborar suas reflexões. Contudo, a intenção de Schmitt é tornar essa discussão acessível também para o público leigo, apresentando as principais considerações acadêmicas sobre a história da morte de maneira resumida e provocando reflexões acerca de experiências da vida cotidiana contemporânea. Portanto, trata-se de uma iniciativa associada à intenção de contribuir com o rompimento do interdito da morte na atualidade. Em busca da concretização de tal objetivo, a obra caracteriza-se pelo pouco volume de páginas — 104 páginas, precisamente; uma linguagem menos acadêmica, embora sem deixar de apresentar o rigor científico, com a citação de fontes e referências sólidas; e uma abordagem pessoal, na qual a autora chega a citar suas próprias experiências com a morte e luto durante a pandemia, mencionando também algumas de suas observações cotidianas em relação ao assunto.

Quanto à maneira como foi estruturada, a proposta divide-se em três capítulos: primeiramente, uma reflexão sobre a finitude humana a partir dos estudos da autora sobre o gênero *Ars moriendi*, indicado como “manuais para uma ‘boa morte’ produzidos a partir do fim da Idade Média” (Schmitt, 2023, p. 18); o segundo, trata-se de uma contribuição à história do cemitério, propondo discutir o lugar destinado aos mortos, trazendo à tona reflexões sobre as imagens de aglomerações de corpos durante a pandemia de Covid-19; e, por fim, o luto, comparando as práticas de enlutamento do período vitoriano com as da contemporaneidade.

Desse modo, as três lições às quais o título da obra faz referência tratam-se desses três aspectos fundamentais do tema da morte na historiografia: a preparação para a morte, o lugar dos mortos e a elaboração da perda.

No primeiro capítulo, intitulado *Preparar-se para morrer*, mostra-se o panorama atual de interdição da morte, especialmente com a morte passando a ocorrer prioritariamente no âmbito hospitalar, distanciando-se daquela que costumava ocorrer no ambiente familiar em tempos remotos. Porém, Schmitt (2023) afirma discordar da ideia defendida por Philippe Ariès (2012 [1977]) de que, um dia, a morte foi “domada”, isto é, aceita com certa tranquilidade. A autora apresenta a seguinte compreensão a respeito da normalidade observada em determinados períodos históricos quanto à maneira com a qual as pessoas lidavam com a morte:

a corriqueira exposição à morte – devido a inúmeros aspectos, como a baixa expectativa de vida, as ondas de epidemias, as fomes e as guerras – tornava-a um assunto demasiadamente comum e rotineiro. Mesmo para as crianças e os jovens, a ideia da morte era muito mais usual. (Schmitt, 2023, p. 22).

Os estudos da autora sobre as *Ars moriendi* medievais evidenciam que a “arte de morrer” ensinada nesses manuais medievais ensinava a habilidade “de se morrer ‘bem’, de maneira adequada dentro de um ideal cristão” (Schmitt, 2023, p. 23). Para ela, essa “boa morte” dos *Ars moriendi* envolveria refletir sobre a própria vida.

218

Ao fim e ao cabo, a garantia de uma “boa morte” pressupunha olhar para a sua trajetória terrena, avaliar erros e acertos, providenciar o que se acredita pendente, conformar-se com o que não pode ser mudado. Despedir-se, explicitar últimos desejos. Estar, na medida do possível, em paz consigo mesmo. Ser protagonista da própria morte. (Schmitt, 2023, p. 23).

Ao levantar o questionamento da razão pela qual não falamos de nossa própria morte, a autora aponta a complexidade da questão, indicando como a morte opõe-se aos valores dominantes na sociedade ocidental contemporânea, tornando-se um assunto evitado.

Nossa sociedade (leia-se: ocidental, burguesa, capitalista, industrial e urbana) criou diversas estratégias para recusarmos o fato inexorável da morte: a hipervalorização da juventude (num movimento cultural bastante eficaz desde a década de 1960, mas cujas raízes remetem aos “anos loucos” do pós-Primeira Guerra Mundial), a prática médica baseada na manutenção da vida a todo custo (e precisaríamos avaliar com calma e lucidez racional os valores movimentados por uma indústria voltada para medicamentos e equipamentos que prolongam a existência a despeito de todo sofrimento que um tratamento pode causar), o incentivo a um consumo excessivo de bens materiais e imateriais que se torna o único propósito a ser perseguido. (Schmitt, 2023, p. 31-32).

Diante disso, a primeira parte da obra é concluída com uma reflexão sobre o que seria uma “boa morte” contemporânea que, para a autora, “talvez seja aquela que rompe o silêncio e encontra espaços de comunicação. Privados de falar de nossa própria morte, somos incapazes de viver plenamente nossa história” (Schmitt, 2023, p. 36).

No segundo capítulo, intitulado *O lugar dos mortos*, a autora relaciona a história do cemitério com a abolição de uma morte “personalizada, cuidada, digna” (Schmitt, 2023, p. 39) no período da pandemia, defendendo a ideia de que isso “fez com que não tivéssemos, por mais de um ano, outro pensamento diante de nós além da própria morte” (Schmitt, 2023, p. 39). Para a historiadora, as imagens da pandemia “carregam uma perturbadora carga simbólica e nos remetem a um imaginário antigo, como o dos surtos de peste negra que varreram a Europa no fim da Idade Média” (Schmitt, 2023, p. 37). Isso afetou um aspecto importante: os ritos fúnebres, cuja ausência, segundo Schmitt (2023), causou um impacto negativo em muitas pessoas.

A falta de rituais ou de uma sepultura individual, a amontoação dos cadáveres, tudo isso choca, pois representa a perda das ferramentas que nos acostumamos a empregar para dar ordem, sentido e coerência à morte. Não queremos despachar nossos mortos apressadamente, como se coisa inútil fossem. Enquanto eles permanecem entre nós, ainda mantêm qualquer traço de vida: a roupa que se escolhe para o velório, a presença dos amigos e da família relembrando histórias, sua música favorita tocada em sua despedida. (Schmitt, 2023, p. 38).

Quanto a esse aspecto, Schmitt (2023) relaciona o formato dos cemitérios contemporâneos a um desejo de memória em relação aos mortos, isto é, um desejo de mantê-los presentes na vida dos vivos, ainda que de maneira simbólica. 219

O cemitério contemporâneo, por sua vez, com suas valas individualizadas (ou seus jazigos compartilhados apenas pelos familiares) revela o valor das ideias de privacidade, identidade e higiene, tão caros à nossa sociedade desde o século XIX. Desejamos a lembrança dos mortos – uma memória organizada e linear, salva de todo caos que a morte engendra –, não a ameaçadora presença de seus corpos em decomposição. (Schmitt, 2023, p. 59).

Essa afirmação de Schmitt (2023) pode ser comparada com algumas reflexões de Aleida Assmann, pesquisadora alemã notoriamente conhecida por seus estudos acerca da memória cultural. Em *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural* (2011 [2006]), essa autora afirma que “a memória do local garante a presença do morto” (Assmann, 2011 [2006], p. 346). Para ela, em

um tempo de mobilidade e renovação modernas, torna-se obsoleta a memória do local e, com ela, a responsabilidade por um determinado pedaço de terra [...]. A aura que confere ao local de memória seu caráter consagrado não é traduzível em monumentos quaisquer, ainda que moldados por mãos hábeis. (Assmann, 2011 [2006], p. 346).

Se é verdade que um local “só conserva lembranças quando as pessoas se preocupam em mantê-las” (Assmann, 2011 [2006], p. 347), para Juliana Schmitt (2023) a preocupação em mantê-las, no que se refere ao espaço do cemitério, ainda existe na contemporaneidade. Seria essa a razão do impacto negativo quando da ausência de velórios e a ocorrência de sepultamentos coletivos no período pandêmico.

O que nos arrepia na visão de nossos mortos da Covid-19, enterrados às pressas, sem cerimônias e em valas coletivas, é resultante do choque entre uma prática de outrora e um pensamento do presente. Há mais de cem anos, desenvolvemos uma cultura da morte que preza a propriedade privada e a individualidade e enaltece o valor da memória pessoal e familiar – noções muito caras ao Ocidente de maneira geral. A sepultura exclusiva concede dignidade àquele corpo sem vida com o qual compartilhamos parte de nossa história. (Schmitt, 2023, p. 59).

Já em *Elaborar a perda*, terceiro e último capítulo, a autora inicia comentando sobre as adaptações ocasionadas nas práticas relacionadas ao luto no período da pandemia de Covid-19. A autora comprehende que o termo luto “envolve tanto o que se sente como a maneira como se manifesta o que se sente” (Schmitt, 2023, p. 66), sendo o trabalho de luto “um procedimento complexo, que envolve estados psicológicos e comportamentos previstos por códigos sociais” (Schmitt, 2023, p. 66). Ela observa que o comportamento social referente a isso foi adaptado ao isolamento e uso das redes sociais.

Com o número de mortos crescendo exponencialmente a cada semana, as famílias sentiam a necessidade latente de falar sobre essas pessoas e sobre sua perda, evitando transformar seus mortos em mais uma triste estatística. Pela impossibilidade da presença de todos os que amavam o falecido em seus rituais fúnebres, estes foram, nos últimos meses, em muitos casos, transformados em rituais virtuais – como os velórios online, empregando plataformas como o Zoom e o Google Meet, adotados em boa parte do mundo. (Schmitt, 2023, p. 65).

220

Por ser uma especialista no vestuário de luto da era vitoriana, a autora destaca, no terceiro capítulo, algumas práticas referentes à influência cultural da Inglaterra no século XIX no tocante a esse tema, apresentando aos leitores o seguinte panorama:

No estudo das práticas relativas ao luto no Ocidente, reconhece-se o papel de destaque desempenhado pela cultura fúnebre na segunda metade do século XIX, sob influência da Inglaterra durante o reinado da rainha Vitória, entre 1837 e 1901. Na chamada “época vitoriana”, os funerais eram minuciosamente preparados, os períodos de luto eram longos e a etiqueta social previa uma variedade de regras e restrições a serem observadas em sua duração (Schmitt, 2023, p. 67).

Entre as práticas do século XIX abordadas por Schmitt (2023), destaca-se a menção à questão das fotografias fúnebres. Além de apresentar alguns detalhes sobre os procedimentos realizados para fotografar os mortos nesse período, ela compara o estranhamento contemporâneo em relação a essa prática com a visão que era comum no século XIX sobre a morte, explicando as razões pelas quais essas fotos faziam sentido durante a era vitoriana: “a familiaridade com o corpo morto, mesmo no caso dos membros mais jovens da família, permitia que a ideia de fotografá-lo não fosse tomada como algum tipo de aberração. Mesmo a distribuição dessas fotos ou sua exposição a visitas não causava constrangimento” (Schmitt, 2023, p. 77).

A autora também relaciona essa antiga prática com o presente ao citar estudos que investigam o crescente interesse pela fotografia mortuária por parte de pais de bebês natimortos

ou bebês que morrem pouco após o parto. Nesse ponto, dialogando com Susan Sontag, autora de *Dianite da dor dos outros* (2003), a historiadora brasileira enxerga nisso uma tentativa de “possuir”, por meio da fotografia, uma memória desses bebês que não mais serão vistos, percebendo existir entre esses pais e mães, portanto, uma ressignificação do incômodo contemporâneo em relação ao ato de fotografar corpos mortos. Tal incômodo, inclusive, é visto por Schmitt (2023) como um sinal do interdito da morte na contemporaneidade, razão pela qual a autora critica a falta de espaço para o sentimento lutooso e o imperativo da felicidade, embora isso não signifique defender o retorno às antigas práticas de enlutamento. Trata-se, de acordo com ela, de uma necessária ressignificação da morte e do luto, uma vez que, atualmente, observa-se esse contexto de pressa e interdito como algo nocivo à experiência humana em relação à morte, pois:

É esse turbilhão burocrático paralelo aos rituais imediatos à morte que marca o início do trabalho de luto. Tenho a impressão de que é tudo bastante apressado (como estamos distantes do período vitoriano, em que se cogitava até chamar um fotógrafo para retratar o morto!) e fica ainda mais confuso na sequência. (Schmitt, 2023, p. 84).

Discorrendo sobre essa maneira atual de lidar com o luto de maneira apressada, a autora dialoga com autores que discutem a relação com o tempo na contemporaneidade, como Douglas Rushkoff, que utiliza-se da noção de presentismo “para caracterizar a cultura digital que tem no imediatismo seu principal paradigma” (Schmitt, 2023, p. 86) e Byung-Chul Han, que “fala de uma ‘sociedade do cansaço’, forjada pela demanda constante de desempenho, pela sobrecarga de trabalho e pelo excesso de estímulos, informações e impulsos, que desencadeiam distúrbios psíquicos” (Schmitt, 2023, p. 87). Dessas reflexões ela conclui que o período da pandemia de Covid-19 tratou-se de um momento *sui generis*, no qual a vivência do luto tornou-se ainda mais difícil.

221

Nessa lógica da aceleração do tempo presente, da fluidez entre vida pessoal e profissional e da satisfação instantânea e constante criada pelas interações nas mídias sociais, dedicar um tempo ao luto pode parecer algo absolutamente anacrônico, deslocado, enfim, uma ‘perda de tempo’. Para agravar a situação, o processo do luto é cada vez mais individualizado ou compartilhado com poucas pessoas. (Schmitt, 2023, p. 88).

Diante do exposto, vê-se que *Três lições da história da morte* é uma contribuição relevante para os debates atuais sobre a história da morte, uma vez que, não só apresenta o estado da arte do tema na historiografia, como também atualiza a discussão dialogando com outras áreas do conhecimento. À guisa de conclusão, pode-se dizer que a reflexão central provocada pela obra é concernente a uma certa urgência em ressignificar a morte e o luto no século XXI, especialmente do ponto de vista ocidental, do qual trata a autora. Eis uma frase que resume de modo pertinente a mensagem da obra: “É preciso reivindicar o tempo para

elaborarmos nossas perdas” (Schmitt, 2023, p. 89). Tal reflexão serve como uma provocação para pesquisadores da história da morte, que podem encontrar na questão da relação das pessoas com o tempo e a sensação de precisarem ser produtivas ininterruptamente, um debate relevante sobre as transformações nas práticas de enlutamento e sua relação com o modo de vida contemporâneo. No entanto, a provocação também serve ao público não especializado, uma vez que possibilita a compreensão sobre o contexto contemporâneo que afeta diretamente a vida das pessoas, dado o caráter inescapável da finitude humana e todas as questões que a envolvem.

## Referências

- ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente:** da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012 [1977].
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011 [2006].
- REIS, João José. **A morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- SCHMITT, Juliana. **Três lições da história da morte.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2023. 222
- SCHMITT, Juliana. **O imaginário macabro:** Idade Média-Romantismo. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2017.
- SCHMITT, Juliana. **Mortes vitorianas:** Corpos, luto e vestuário. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2010.
- SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório ou o trabalho de luto.** São Paulo: Editora UNESP, 2010 [1973].

## Resenhas

Recebido em: 24 jul. 2025.  
Aprovado em: 14 ago. 2025.